

PLANO DE GOVERNO 2018-2022
PARTIDO RENOVADOR TRABALHISTA BRASILEIRO
RIO DE JANEIRO - BRASIL

2018

PRTB

*Quando os justos governam, alegra-se o povo;
mas quando o ímpio domina, o povo geme.*

[Provérbios 29:2](#)

INTRODUÇÃO

A presente Proposta de Plano de Governo constitui um termo de compromisso que foi constituído, discutido, analisado de acordo com as necessidades do estado do Rio de Janeiro, a fim de nortear as ações efetivadas por integrantes do governo, visando responder dignamente aos anseios e necessidades da população fluminense. Na perspectiva de contribuir diretamente para as mudanças sociais, econômicas e políticas, as quais tanto necessita o estado do Rio de Janeiro. Este documento terá como eixos norteadores a Constituição Federal de 1988 (CF), a Constituição Estadual do Rio de Janeiro, e todo ordenamento vigente em nosso território nacional.

Ao longo deste documento, será verificado que as propostas, ao serem executadas, cumprirão os chamados eixos norteadores, permitindo, assim, que diversos segmentos da sociedade agreguem suas opiniões e contribuições, sem que o documento perca sua eficácia e eficiência, pois essas propostas foram sistematizadas a partir dos encontros e reuniões com os segmentos da sociedade organizada, representantes da área de educação, saúde, segurança pública, economia e comunidades do estado do Rio de Janeiro.

Vale ressaltar que a participação democrática assegura o controle da sociedade sobre todas as propostas de governo aqui elencadas. Portanto, firmo, com a sociedade fluminense, minha responsabilidade social com a dignidade das pessoas e com a transparência na gestão, sobretudo no que se refere ao uso dos recursos públicos. Enfatizo ainda que este Plano de Governo mostra que, no meu mandato como governador do estado do Rio de Janeiro, a transformação e a inovação constituem elementos essenciais de minha administração, a partir da qual buscarei trazer, com muito trabalho e responsabilidade na prestação de serviço ao público, benefícios ao POVO que sonha com um Rio de Janeiro melhor e mais seguro.

André Monteiro

EIXOS NORTEADORES

POLÍTICA DE GESTÃO PÚBLICA/DIAGNÓSTICO

O Rio de Janeiro é uma das 27 unidades federativas do Brasil. Situa-se a sudeste da região Sudeste do país, tendo como limites os estados de Minas Gerais (norte e noroeste), Espírito Santo (nordeste) e São Paulo (sudoeste), além do Oceano Atlântico (leste e sul). Ocupa uma área de 43 780,172 km². Apesar de ser, efetivamente, o terceiro menor estado brasileiro (ficando à frente apenas de Alagoas e Sergipe), concentra 8,4% da população do país, sendo o estado com maior densidade demográfica do Brasil. O litoral fluminense, também, é o terceiro mais extenso do país, atrás das costas de Bahia e do Maranhão.

A cidade mais populosa é a sua capital homônima, que também é a segunda maior metrópole do Brasil. Os naturais do estado do Rio de Janeiro são chamados de fluminenses. Segundo dados, o estado é o terceiro mais populoso do Brasil, atrás de São Paulo e Minas Gerais. A estimativa populacional calculada pelo IBGE, tendo como referência 1.º de julho de 2017, foi de 16 718 956 habitantes. Entre seus principais polos urbanos estão, além da sua capital, cidades como Campos dos Goytacazes, Niterói, Duque de Caxias, São Gonçalo, Petrópolis, Volta Redonda, Cabo Frio, Barra Mansa, Itaperuna, Três Rios, Macaé e Nova Iguaçu.

O produto interno bruto (PIB) do estado é o segundo maior do país, enquanto o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) fluminense é o quarto mais elevado do Brasil. Além disso, o Rio de Janeiro apresenta a terceira maior taxa de alfabetização do país, somente atrás de Santa Catarina e Distrito Federal. Contudo, existe no estado um grande número de pessoas que convivem com a precariedade da infraestrutura urbana, e dos serviços públicos essenciais, como a saúde, a educação, a assistência social e a segurança.

Partindo dessas premissas, pode-se confirmar que o Rio de Janeiro poderia otimizar – de maneira racional, eficiente e eficaz – os recursos públicos. No entanto, o que se presencia é um estado que há décadas enfrenta grupos políticos corruptos e o descontrole administrativo, levando o estado ao caos financeiro, administrativo e também social, tudo isso devido às sobreposições de funções atribuídas aos cabidais políticos e à falta de coerência na aplicação dos recursos públicos, com desmandos e “desvios”. Diante do exposto, pode-se dizer que a atual gestão não tem promovido melhorias significativas

na vida das pessoas, nem tão pouco vem promovendo a inovação da política tributária do estado, deixando o Rio de Janeiro a mercê do Governo Federal para que ocorram as esperadas transformações sociais.

PROPOSTA DE MELHORIA NA POLITICA DE GESTÃO.

Com o objetivo de combater, a todo custo, a corrupção, restabelecer o equilíbrio financeiro e fiscal do estado do Rio de Janeiro, bem como de recuperar a capacidade de investimento do governo na otimização de serviços e obras com recursos próprios, a fim de atender as demandas da população, apontamos abaixo, as alternativas para minimizar os problemas expostos acima:

Observação: Todas as secretarias serão comandadas por técnicos formados na área.

1. Criar uma força-tarefa de combate à corrupção. No nosso governo a tolerância à corrupção será a baixo de zero.;
2. Otimizar e sincronizar os serviços das Secretarias da Fazenda e do Planejamento, criando grupos de gestão e grupos de gastos públicos (CRIAÇÃO DE CONSELHOS);
3. Reestruturação administrativa dos órgãos de fiscalização do setor produtivo (SEFAZ) de forma a tornar sua atuação também consultiva e não apenas fiscalizadora – reenquadramento de fiscais para consultores, atuando de maneira interna e orientada para solucionar problemas e dúvidas dos usuários do sistema;
4. Implementar um quadro de metas de economia e contenção de despesas para cada secretaria estadual, exigindo que todos os gastos sejam amplamente divulgados através das prestações de contas. A implementação e divulgação dos dados ficará à cargo e sob responsabilidade das secretárias de governo para que a população saiba como e onde o dinheiro público está sendo aplicado;
5. Implementar o sistema informatizado de Controle de gestão e gastos públicos, possibilitando o controle e a fiscalização;
6. Fiscalização dos setores dos almoxarifados, estoques e patrimônios do estado do Rio de Janeiro, através da criação de uma subsecretaria específica de auditoria e diretamente vinculada ao gabinete de Governo;
7. Redução do número de Secretarias, que serão administradas por técnicos e servidores ficha limpa. Isso é um compromisso público!
8. Diminuição da máquina pública e, principalmente, de benefícios concedidos a determinadas autoridades que oneram sobremaneira os cofres públicos.
9. Criação de um gabinete itinerante para estar próximo dos municípios e da população.

PROPOSTA NA ÁREA DE ECONOMIA

1. Redução da alta carga tributária que inviabiliza a permanência das empresas no Rio de Janeiro, pois temos o ICMS mais alto do Brasil;

2. Tornar o Rio de Janeiro um estado competitivo;
3. Criar atrativos para trazer as indústrias para o Rio de Janeiro;
4. Geração de empregos para os jovens;
5. Fazer do estado do Rio de Janeiro um estado inovador, trazendo inovações e tecnologia;
6. Diminuir a burocracia estatal.

PROPOSTA DE GESTÃO TRIBUTÁRIA

Governos indisciplinados gastam mais do que arrecadam. Comumente, a primeira solução para ajudar a tirar o orçamento do vermelho é o aumento da carga tributária.

O pensamento comum é o que quanto maior for a carga tributária, maior será a receita do governo. Isso não é verdade!!!

1. Promover as reformas necessárias visando uma política tributária mais humanizada, com redução de impostos em todos os setores produtivos e a contraprestação justa por parte do Estado. Não podemos continuar permitindo a fuga das empresas para outros estados com carga tributária menor que a nossa;
2. Questionar a natureza das dívidas do estado com a União Federal. Além disso, nas operações de crédito que efetivamente o Estado participou, buscaremos rever os juros e multas cobrados pela União, que são muito desproporcionais;
3. Implantar no estado uma ouvidoria com o objetivo de receber da sociedade críticas, denúncias, e proposta para melhoria;
4. Repensar a política de concessão de benefício fiscal. Só permitindo que haja concessão com responsabilidade e em conformidade com a Constituição, as leis tributárias e as leis orçamentárias; visando as contrapartidas na geração de emprego e crescimento de determinado setor econômico;
5. Promover um diálogo com os demais governos, principalmente na região Sudeste, exatamente para que não haja guerra fiscal e sempre que possível, adotar medidas fiscais benéficas ao nosso estado;
6. Promover um programa de capacitação continua dos servidores da Administração Tributária, objetivando a orientação e o assessoramento ao contribuinte;
7. Equilibrar as contas e em seguida retomar o crescimento econômico, com muito trabalho e inteligência.

PROPOSTA PARA MELHORIA NA QUALIDADE DOS SERVIÇOS PRESTADOS E DESENVOLVIMENTO TECNICO DOS SERVIDORES.

1. Criar um sistema de canal de comunicação entre o gestor, os servidores e os sindicatos, promovendo durante a gestão a capacitação e o aperfeiçoamento;
2. Implantar o gerenciamento de processos e a gestão de metas e resultados como método de trabalho em todas as secretarias estaduais;

3. Efetivar um sistema de avaliação de resultados na administração pública;
4. Promover capacitação dos servidores estaduais nos conceitos de ética e zelo à coisa pública.

TRANSPARENCIA E CONTROLE SOCIAL DA GESTÃO

1. Implementação de uma gestão mais transparente e democrática possível. Melhorar o fluxo de informações aos administrados;
2. Vamos melhorar os sistemas de controle popular dos gastos, dialogando com as entidades de representação de cada setor. Desenvolver um modelo de participação popular no orçamento do Estado;
3. Publicar nos meios de comunicação o balanço geral do estado e suas secretarias, bem como os relatórios exigidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), em linguagem objetiva para que o cidadão compreenda com facilidade;
4. Promover o Planejamento de gestão participativa envolvendo os segmentos técnicos da sociedade.

EDUCAÇÃO

A Política Pública de Educação no estado do Rio de Janeiro, vem apresentando um quadro de declínio no processo educacional já a algumas décadas, tudo isso devido a uma falta de políticas eficazes e eficientes que venham delinear os programas e as diretrizes que possibilitem a construção de caminhos para um saber significativo, atendendo aos pilares da educação, a saber: aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a viver juntos, e aprender a ser.

A educação começa pela valorização dos professores. Precisamos criar um sistema de promoção dos profissionais da educação, sendo proporcionada pelo processo de formação continua e reestruturação do plano de cargos e salários.

Acreditamos que educação é o caminho para superar desafios, proporcionando o crescimento social e político de uma sociedade, pois é através do mecanismo educacional que os homens se libertam e criam autonomia. Nosso governo criará meios para efetivar o plano estadual de educação.

PROPOSTAS DE GOVERNO PARA ÁREA DA EDUCAÇÃO NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO.

1. Modernização da Secretaria de Educação e recadastramento dos professores, com o escopo de verificar onde estão alocados e buscar a otimização do local de trabalho com local de residência;
2. Destinação de recursos necessários para esta área, e manter os pagamentos em dia;
3. Diminuir a carga sobre os professores. Valorizar o professor, revendo planos de cargos e salários, criação da meritocracia na educação, visando resultados em médio prazo;

4. Implementar metodologia de disciplina e hierarquia nas escolas de nível médio, com o escopo de proteger os professores e, proporcionar melhor interação e convívio entre os profissionais de educação, alunos e pais de alunos;
5. Valorizar o ensino superior e as escolas técnicas com investimentos voltados ao fomento do ensino, da pesquisa, da extensão educacional e das melhores práticas profissionais; sempre sobre a gestão de um servidor técnico e qualificado para isso;
6. Ampliação dos centros de pesquisas, buscando conhecimento e intercambio com pesquisadores de fora, para que possamos absorver e manter o conhecimento aqui. Valorização dos nossos pesquisadores com incentivos próprios;
7. Criação de concursos regionalizados, se necessário e possível, para suprir as necessidades das regiões;
8. Compromisso de modernizar as unidades escolares e informatiza-las. É necessário frear o retrocesso no ensino, pois os jovens já estão inclusos no mundo informatizado. Desta forma, precisamos desenvolver o que os alunos já possuem de conhecimento;
9. Incluir o esporte e a cultura na educação, através de parcerias com clubes de desporto;
10. Instrumentalizar a educação para que essa passe a auxiliar no controle à criminalidade e no desenvolvimento da sociedade como um todo. A escola deve entrar na família e família deve entrar na escola!
11. Trabalharemos em parceria com os municípios, visando uma educação continuada. É necessário desenvolver a cultura e a vocação de cada município e região;
12. Promover parcerias com o sistema S, buscando o desenvolvimento da educação técnica e preparação dos nossos jovens para o mercado de trabalho;
13. Preparar as escolas tradicionais, de acordo com as regiões onde estão inseridas, para oferecerem cursos técnicos e tecnológicos aos seus alunos, preparando-os para o mercado de trabalho;
14. Promover a conscientização dos alunos que a escola é seu patrimônio, e precisa ser cuidada por eles, pois é fundamental para o seu futuro;
15. Promover a interação dos professores, alunos, pais e toda a comunidade local, desenvolvendo reuniões, palestras, competições esportivas, e eventos culturais.

SAÚDE

A Constituição Federal de 1988 garante que, A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação. No nosso governo iremos propor uma intervenção maior na área da saúde do estado, que há anos encontra-se em caos sem perspectivas de melhoras devido a má vontade dos governos e políticos do nosso Estado, que não priorizam uma área extremamente significativa. Faz-se necessário efetivar um programa de recuperação da área de saúde do nosso Estado.

Serão desenvolvidas ações integradas visando à melhoria da saúde da população e, o combate a corrupção e desvio de verba do setor.

PROPOSTAS DE GOVERNO PARA A ÁREA DE SAÚDE

No nosso governo haverá honestidade, transparência e as ações na área de saúde estarão direcionadas à nossa população. Sendo sempre gerida por um gestor técnico na área da saúde.

1. Combater duramente a corrupção dentro da área de saúde. Pretendo estudar o fim do sistema de OS's na saúde, pois o controle dos repasses às OS's não é simples e abriu brechas às mais variadas formas de desvios e corrupção. Auditar todos os contratos de aquisição de equipamentos e prestação de serviços;
2. Investir na valorização dos profissionais de saúde. Na nossa gestão, o servidor concursado será valorizado e iremos rever o plano de cargos através da meritocracia, com metas e resultados;
3. Destinaremos sempre os recursos mínimos previstos na Constituição, que é de 12%. Sem prejuízo para investimentos maiores;
4. Permitir que nossos servidores, que estão na frente das lutas diárias, sejam ouvidos na construção de uma modelo próximo ao ideal;
5. Abrir concursos, assim que possível, para suprir a carência de médicos;
6. Fortalecer o programa de saúde com a sua ampliação, reforma e modernização da rede estadual da saúde;
7. Dar maior atenção aos programas voltados para a prevenção e o combate a doenças;
8. Aumentar a capacidade de leitos em UTIs e enfermarias especializadas, para que pacientes não continuem morrendo à espera desses atendimentos;
9. Dar atenção especial às UPAs, enfrentando a questão da superlotação e falta de insumos. Pois, elas foram criadas para desafogar os hospitais e suas emergências;
10. Fortalecer o programa de atendimento humanizado na área de saúde;
11. Trabalhar em parceria com os municípios para ampliar a atenção à saúde integral da pessoa com deficiência;
12. Trabalhar em parceria com os municípios para ampliar e melhorar os programas de saúde integral a mulher e combate à mortalidade infantil e materna em todo o estado do Rio de Janeiro;
13. Trabalhar em parceria com os municípios para ampliar as ações do setor da vigilância sanitária, epidemiológica e zoonoses;
14. Desenvolver o Programa de Planejamento familiar;
15. Estabelecer parcerias e convênios com as Prefeituras e o Governo Federal, com o objetivo de trazer melhoria sanitária a todo o Estado;
16. Garantir a transparência na otimização dos recursos financeiros destinados a saúde com prestação de contas a toda população;

17. Trabalhar em parceria com os municípios e governo federal para aprimorar os programas de atenção integral a saúde da criança, adolescente, mulher, idoso, pessoas com deficiência, DST/Aids e as ações voltadas a saúde mental e dependentes químicos.

ASSISTÊNCIA SOCIAL

A Carta Magna da República Federativa do Brasil de 1988, afirma que A assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social, e tem por objetivos; I - a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice; II - o amparo às crianças e adolescentes carentes; III - a promoção da integração ao mercado de trabalho; IV - a habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária; V - a garantia de um salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover à própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, conforme dispuser a lei. Em assim sendo o acesso as questões básicas como alimentação, moradia, ambiente saudável, esporte e lazer, educação, segurança pública e direito ao emprego devem ser assegurados a todo cidadão brasileiro, pois esses são direitos essenciais que promovem e garantem o desenvolvimento do ser humano e da população em geral. No nosso governo, efetivaremos na área social as seguintes propostas:

PROPOSTA DE GOVERNO PARA AREA DE ASSISTENCIA SOCIAL.

1. Apoiar o desenvolvimento comunitário;
2. Garantir assistência social a crianças, adolescentes, adultos e idosos que necessitem dos serviços, programas e projetos sociais;
3. Implantar programa de qualificação profissional em parceria com Sistema S (SESI, SENAI e SENAC);
4. Implementar Programa social para as mulheres vítimas de violência doméstica;
5. Criar um programa de valorização do ser humano, sua integração na sociedade e ao exercício da cidadania;

SEGURANÇA PÚBLICA

Segurança Pública. A política governamental que mais preocupa a sociedade!

A sensação de insegurança vivida no Rio de Janeiro afeta, sem exceção, todos os seguimentos sociais.

Nas grandes e pequenas cidades do Estado, o medo da violência, criminalidade e marginalidade persegue de forma contínua os cidadãos classificados em todos os extratos socioeconômicos. Ou seja, a sensação de insegurança é considerada muito alta entre a população fluminense.

Vale salientar que a sensação de insegurança interfere, inclusive, na relação geral dos negócios do nosso estado, visto que, sem segurança nenhuma das outras áreas da política seja a educação, a saúde, a economia, sociais, etc..., conseguirá ter seu desenvolvimento retomado.

A crise econômica e a violência responderam pelo fechamento de milhares de estabelecimentos em 2017/2018, no Rio de Janeiro, provocando um aumento exacerbado do desemprego em todas regiões do Estado.

A insegurança é o tema mais discutido pela população do nosso Rio de Janeiro, porque seus níveis absurdos geraram um sentimento de impotência cotidiana e indicam a ineficiência dos nossos governantes, para responder este mal-estar social. Agrava o quadro a limitada conscientização da cidadania, a desagregação familiar, a falta de valores morais, os baixos níveis de escolaridade, a espetacularização dos atos violentos por parte dos meios de comunicação e os abismos sociais que levam à falta de sentido da vida.

Historicamente um dos motivos geradores deste clima funesto, sentido pela nossa população, é o entendimento quase universalizado que Segurança Pública restringe-se ao grupamento de ações exclusivamente policial. Contudo, o planejamento, as políticas sociais de caráter preventivo e a articulação com representantes de diferentes segmentos públicos, privados e coletivos são essenciais para reverter o quadro de insegurança vivido pela nossa população.

Necessário, é, ter uma concepção realista de Segurança Pública e, reconhecer que é indispensável demover a ideia de que a atuação policial seja a única ferramenta de enfrentamento à violência, criminalidade e marginalidade em nosso Estado.

O grande problema é que observamos uma diversificação significativa de infrações cometidas no Rio de Janeiro, possibilitando que as quadrilhas criminosas somem fortunas que são utilizadas na aquisição de armas e munições, impulsionando ainda mais a agressividade nas suas ações.

Infelizmente chegamos num estágio de violência inaceitável, onde os criminosos passaram a empreender suas ações em qualquer lugar, dia e horário. Desta forma, preciso asseverar que, seja qual for o planejamento de contenção da criminalidade, lamentavelmente se não começar com o enfrentamento dos criminosos nas ruas, não surtirá efeito.

PROPOSTA DE GOVERNO PARA ÁREA DE SEGURANÇA PÚBLICA.

1. Reestruturação da Secretaria de Estado de Segurança Pública com os seguintes órgãos: Polícia Civil, Polícia Militar, Corpo de Bombeiros Militar, Administração Penitenciária, e Ações de Segurança e Sócio Educativas, com o escopo de fortalecer os órgãos de segurança pública do estado do Rio de Janeiro, combatendo a corrupção e gastos desnecessários;
2. Manter os salários e gratificações em dia;
3. Priorizar a proteção, valorização e motivação dos nossos policiais acima de tudo, e investir em equipamentos, principalmente de proteção dos agentes;
4. Implementar cursos de capacitação e especialização, com o objetivo de preparar nossos agentes para o combate à criminalidade e sua defesa pessoal;
5. Colaboração entre ouvidorias das Polícias e Ministério Público;
6. Implementar um plano de metas e resultados da segurança pública;
7. Estabelecer uma política de promoção invariável, de acordo com cada órgão;
8. Implementar a lista tríplice através de eleições em cada órgão, para a nomeação dos comandantes e chefes;

9. Contratação dos concursados aprovados no último concurso, mas que ainda não foram chamados, e a criação de concursos de acordo com as necessidades e possibilidade;
10. Desenvolver o serviço de informações único, onde todos os órgãos de segurança tenham acesso, para o combate eficaz ao crime organizado;
11. Implementar mudança na estrutura da segurança pública, incluindo a reforma do modelo policial atual, visando a operacionalidade, desburocratização do serviço e inquérito policial;
12. Promover o debate sobre a adoção da carreira única policial e a implantação do ciclo completo de polícia;
13. Reformar e equipar as delegacias e batalhões, investir nos setores de inteligência e tecnologia com o objetivo de sufocar o tráfico e controlar as fronteiras, dificultando a chegada de armas e drogas ao estado do Rio de Janeiro;
14. Combater de forma sistemática o roubo de cargas no estado do Rio de Janeiro;
15. Implementar um Corpo jurídico de apoio ao agente de segurança pública.

POLITICA DE DESENVOLVIMENTO HUMANO E INCLUSÃO SOCIAL

O Desenvolvimento Econômico aborda questões de caráter social, como o bem-estar, nível de consumo, índice de desenvolvimento humano, taxa de desemprego, analfabetismo, qualidade de vida, entre outros.

O principal instrumento para que o Estado do Rio de Janeiro consiga se desenvolver de forma articulada, planejada contemplando os desejos da população fluminense é a necessária aplicação do Plano Diretor.

Nossas propostas de governo enveredam pelos seguintes aspectos:

1. Fortalecer o comércio e incentivar o desenvolvimento econômico de acordo com a característica e vocação de cada uma das meso regiões fluminenses, focando não apenas na região central do RJ, mas, e principalmente, nas cidades satélites e periféricas, com programas de criação de emprego nestas regiões, de forma a fixar a mão de obra ao seu local de moradia;
2. Aprimorar o sistema de estímulo à inovação e ao desenvolvimento tecnológico, apoiando especialmente os estudantes em seus projetos;
3. Apoiar programas para incentivar a criação, a efetiva, a aplicação e a revisão do Plano Diretor Estadual;
4. Promover uma ampla revisão da ocupação e uso do solo a partir de um levantamento da planta genérica de valores e dos terrenos ocupados indevidamente, devolvendo à população o que é de direito coletivo;
5. Integrar as atividades de planejamento urbano e implementação das ações pelas secretarias, a fim de evitar o desperdício de recursos;
8. Elaborar os planos setoriais definidos no Plano Diretor (cultura, turismo, habitação, abastecimento alimentar, desenvolvimento industrial, comercial e de serviços, marco drenagem, transportes coletivo e limpeza urbana);

9. Incentivar o desenvolvimento do turismo em suas diversas potencialidades, por meio de formação profissional e investimento em infraestrutura;
10. Proporcionar crescimento e expansão econômica sem gerar impactos ambientais, priorizando a proteção, a preservação e o equilíbrio ambiental;
11. Promover a deliberação tributária a partir da análise das cadeias produtivas, para melhorar a competitividade dos produtos de cada região;
12. Incentivar a criação de um novo polo econômico, com a execução de políticas sociais, gerando mais justiça, equidade social, cultural e respeito ambiental.

EMPREGO E RENDA

A questão da falta de emprego é geral e afeta diretamente a todos os municípios do nosso Rio de Janeiro. Tudo isso está ocorrendo por conta da falta de políticas sérias e de um maior comprometimento dos políticos em buscar alternativas efetivas para solucionar esse problema. Necessário é criar alternativas para minimizar o problema de geração de emprego e renda.

Precisamos criar incentivos fiscais trabalhando junto com os municípios, com o escopo de atrair investidores do setor produtivo e suas empresas, proporcionando, assim, o surgimento de vagas de emprego, além do desenvolvimento da região.

Partindo desse pressuposto pode-se confirmar que a falta de emprego e renda trás consequências extremamente negativas tais como: aumento da exclusão social e índice alto de desigualdade social. Desta forma, diversos cidadãos vivem às margens da sociedade sem oportunidade, fato que acaba por aumentar de forma célere e assustadora os níveis de miséria e violência urbana em nosso Estado.

PROPOSTAS DE GOVERNO PARA AREA DE EMPREGO E RENDA

1. Criar novas frentes de geração de emprego e renda com incentivos fiscais de acordo com as legislações e contrapartidas;
2. Vamos incentivar a agricultura local, através da readequação do uso do território fluminense, com incentivos fiscais para o uso produtivo da terra, visando aumentar a produção de itens agrícolas, de piscicultura, avicultura, bovina, caprina e suína;
3. Vamos focar na indústria do turismo incentivando as festas folclóricas regionais (carnaval, réveillon, festa junina, festa do tomate, festa de rodeios etc), celebrações culturais (flip, virada cultural carioca, bienal do livro, feiras de artesanatos etc), pontos turísticos estratégicos de praia (Cristo Redentor, Pão de Açúcar, Búzios, Angra, Parati, Cabo-Frio etc) de serra (Petrópolis, Penedo etc), esportes radicais nas áreas de matas, montanhas e rios;
4. Ampliar as vagas dos Programas de Qualificação Profissional em parceria com os Municípios e Governo Federal;
5. Ampliar as parcerias com o Sistema S (SESI, SENAI e SENAC) com o objetivo de melhor preparar os profissionais para atuarem em suas áreas de trabalho;

6. Criação do FUNDO ESTADUAL DE GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA, que será financiado com recursos advindos do pagamento da dívida ativa e o objetivo será o financiamento microempresários e pequenos produtores rurais dos municípios;
7. Criar meios para desburocratização na implantação de micro e pequenas empresas, assim como a redução de custos iniciais e de manutenção das mesmas. Desta forma, incentivaremos o empreendedorismo;
8. Implantar conjuntamente com as prefeituras, uma política de incentivos fiscais e de investimentos em infraestrutura econômica, visando atrair investidores para construção e revitalização de polos industriais em todas as regiões;
9. Incentivar o surgimento de novas oportunidades de emprego, mediante aplicação de ampla parceria entre iniciativa privada e poder público;
10. Incentivar as ações do Balcão de Emprego no Estado, contribuindo para a formalização das parcerias.

POLITICA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E PRODUÇÃO AGRÍCOLA

Todo o nosso país se movimenta economicamente por meio da agricultura, pois encontra nessa área a sua essencialidade. O estado do Rio de Janeiro, em atenção a isso, possui em seu quadro administrativo a Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária, Pesca e Abastecimento – SEAPPA, ocorre que as ações não são concretizadas efetivamente devido a política, é tanto que programas e projetos foram negligenciados por descaso e/ou por incompetência administrativa. Assim sendo, propomos para o nosso governo as seguintes diretrizes:

1. Ampliar a assistência técnica aos agricultores do Estado;
2. Apoiar a agricultura familiar e a produção orgânica dos alimentos;
3. Promover o fomento e o incentivo agropecuário sustentável;
4. Incentivar as atividades agrícolas as condições ecológicas e sociais respeitando as diversidades;
5. Recuperar, em parceria com os municípios, áreas rurais degradadas, nascentes e matas;
6. Estimular a constituição de cooperativas de autogestão, por meio de cursos e capacitação voltados aos produtores rurais;
7. Proporcionar oportunidades de cursos profissionalizantes em outras áreas, para os trabalhadores rurais que ficarem sem ocupação em consequência do avanço tecnológico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nos últimos anos, o governo do Estado do Rio de Janeiro veio passando por uma progressiva deterioração de suas contas. A situação se tornou tão dramática que não apenas o governo se viu impedido de executar plenamente as políticas públicas, como também ficou gravemente insolvente a ponto de sofrer sucessivos arrestos judiciais. O resultado foi a explicitação de uma situação de claro desgoverno, no qual os gestores já

tenham perdido a capacidade de planejamento na execução orçamentária. Assim, o rumo da gestão passou a ser guiado pelas tentativas de renegociação de sua dívida somadas às disputas de inúmeros grupos de pressão afetados.

Contudo, a problemática da crise financeira do governo estadual não é simplesmente o ajuste das contas públicas, mas sim como fazer isso dentro de um processo de recuperação econômica sustentado. A preocupação principal deve ser garantir a recuperação da economia, logo, evitar que o ajuste das contas públicas prejudique esse processo de retomada.

Concomitante ao exposto acima criaram um sistema deficiente de segurança pública, virando as costas também para outras necessidades essenciais da população, tais como, infraestrutura básica de saneamento, educação, saúde, acesso à informação, entre outras tantas, e deixaram que o povo do Rio de Janeiro fosse dominado por criminosos que exercem o poder, inclusive maior, que o estado, formando um grande estado paralelo, que dita às regras e comandam as ações terroristas contra a nossa população. O estado perdeu o rumo das rédeas e foi acuado, dependendo do salvo conduto dos verdadeiros “donos das comunidades” para poder realizar uma política de enfrentamento onde já sai em grande desvantagem tática e bélica, tendo que apelar para as forças armadas, que prontamente está à disposição para ajudar.

Diante do exposto precisamos retomar o controle do estado Rio de Janeiro, resgatar a dignidade da população fluminense, devolvendo ao cidadão a segurança e ao Estado a prosperidade.

Esse é o nosso compromisso!

André Monteiro